

# Sem reserva

● O déficit público de 1986 é estimado por um conhecido economista carioca em 7,6% do PIB, contra os 2,7% mencionados pela equipe econômica anterior. Mesmo a reestimativa de 3,9% feita na área privada — com base nos costumeiros atrasos de fim de ano — parece superada. A equipe que assumiu a Fazenda trabalha com 5 a 6% para este ano.

● Uma ex-autoridade monetária dá a pista para parte do descontrole: a conta-movimento (uma conta sem controle que o Banco do Brasil mantinha no Banco Central), que Funaro disse ter enterrado, está viva. Só perdeu seu caráter de automaticidade. Agora seria movimentada por carta. E por ordem superior.

● Não é sem razão, portanto, que o ex-ministro Mário Henrique Simonsen qualifica a questão do déficit como gravíssima. Foi o que disse em sua rodada de palestras e encontros em São Paulo, na semana passada.

● O ex-ministro, aliás, nunca pareceu tão pessimista. Menos em público — quando afirmou que um corte fundo nos gastos federais e estaduais evitaria o risco de uma grave recessão — do que em ambiente reservado.

● O diagnóstico da crise atual o aproxima de outros economistas que acreditam na supremacia do mercado. Como Affonso Celso Pastore, Carlos Antonio Rocca e Celso Luiz Martone. Os três responsáveis por concorridas palestras públicas nos últimos dias.

● Rocca, particularmente moderado em suas opiniões, enfatizou a necessidade de estabilizar expectativas. Quer dizer: que o governo fale uma língua comum, mexa o menos que puder nas regras do jogo e, principalmente, deixe os agentes econômicos se ajustarem a novos patamares operacionais, atuando supletivamente só em circunstâncias especiais.

● Pastore, que sabe o que é uma negociação externa (venceu o período agudo de 1983), entende que esse não precisará ser o problema maior do País. Mas para que não seja, é preciso enfrentar antes o risco de hiperinflação, o déficit fiscal e a ausência de um programa econômico bem amarrado.

● E Martone, um economista de peso crescente na área empresarial, pinta um cenário mais negro: hiperinflação em curso e risco de um colapso cambial iminente.

● Dois pontos unem esses especialistas: 1) a urgência de arrumar a casa para renegociar os compromissos externos, eventualmente suspendendo a moratória; e 2) a impossibilidade de fazer agora um choque heterodoxo — seja porque a inflação não é inercial, seja porque o déficit público é muito alto e não há estabilidade cambial.

● Em contrapartida, porém, um choque chega a ser ansiado por pessoas próximas e distantes do governo. Em parte, porque reduziria os juros nominais. E ainda, porque não poderia ser boicotado pela maioria dos agentes econômicos: muito já reajustaram preços acima dos custos, enquanto as vendas despencam. Um choque poderia assim até receber adesão de muitos setores empresariais. Corrigindo as tarifas públicas e abrindo trégua de uns 60 dias em torno dos principais preços da economia, o ministro da Fazenda deveria tentar — segundo esses torcedores — romper o circuito de críticas em que se viu envolvido. Até porque se esperar muito, poderia ver estrangulado seu futuro político.

● Um especialista em análise empresarial — que dirige um dos maiores bancos de dados do País — acredita na urgência de ressuscitar a heterodoxia. Sem ela, entende, a insolvência Poderá explodir, confirmando a curva alarmante detectada pela Associação Comercial de São Paulo.

● A inadimplência, aliás, nunca foi tão alta no segmento bancário. O caminho tem sido a recomposição de dívidas — em condições bem melhores para os financiados.

● Falta liberdade para a política monetária — porque a taxa da LBC é escrava da inflação. E falta isenção para quem quer só acabar com a LBC para reabilitar uma nova ORTN ou sua similar (a OTN) como principal título do mercado aberto, pois permite lucrar mais. A idéia é perfeita — desvincular a LBC da inflação. Nem todos os seus defensores estão preocupados com o argumento técnico.

● A Norte-Sul, não duvidem, poderia até ser financiada pelo Japão. Palavra de um japonês — o professor da FGV Yuishi Tsukamoto. Mas desde que fosse construída em linha reta, para que os trens pudessem correr. Portanto, sem desviar-se das terras de marajás, parlamentares, grandes proprietários. É bom conferir o traçado.

● A eclusa de Tucuruí — US\$ 235 milhões como preço de partida tem um crítico particular: o economista José Augusto Arantes Savasini. Por causa de sua oposição, quando secretário de Planejamento da Seplan, no governo Figueiredo, a eclusa não saiu. A relação custo-benefício não a recomenda. É muito dinheiro, argumenta Savasini, para modestos ganhos da indústria extrativa, como a castanha-do-pará. Ma a eclusa sempre teve bons padrinhos.